

Como o mundo está a dar razão a Martin Luther King acerca da não-violência

Por Erica Chenoweth e Maria J. Stephan

18 de Janeiro de 2016

The Washington Post



Por: Sudarsan Raghavan

“Deixei a Índia mais convencido do que nunca de que a resistência não-violenta era a arma mais poderosa ao alcance dos povos oprimidos na sua luta pela libertação.” - “The Autobiography of Martin Luther King Jr (A Autobiografia de Martin Luther King Jr).”, editado por Clayborne Carson

Desde 2011, o mundo tem sido um lugar profundamente contencioso. Apesar das revoltas armadas que estão a agitar o Médio Oriente, o Sahel e a Ásia do Sul, a violência civil já não é o principal meio a que as pessoas recorrem quando buscam reparação. Em vez disso, de Tunes à Praça Tahrir, de Zuccotti Park a Ferguson, do Burkina Faso a Hong Kong, movimentos em todo o mundo têm-se inspirado nas lições de Gandhi, Luther King e activistas nacionais e internacionais para exigir mudanças.

A ênfase de Gandhi e King na resistência não-violenta — em que pessoas desarmadas empregam uma série coordenada de greves, protestos, boicotes e outras acções para confrontar um adversário — tem os seus críticos. Alguns julgamentos baseiam-se numa interpretação equivocada do que é a resistência civil, ao passo que outros duvidam da capacidade de povos sem armas e reprimidos se organizarem e desafiarem um adversário poderoso. A cada novo movimento surge o mesmo tipo de desafios, incluindo questões sobre a eficácia de acções não-violentas face a poderes instalados e à opressão sistemática. Em 2011, publicámos um livro, “Why Civil Resistance Works” (Por que Resulta a Resistência Civil), que explorava estas questões e descobrimos, inesperadamente, que as campanhas de resistência pacífica tinham sido bem-sucedidas mais do dobro das vezes do que as suas congéneres violentas quando se tratou de remover líderes nacionais ou ganhar independência territorial.

Para muitas pessoas, esta conclusão pode parecer ingénua, mas quando mergulhámos a fundo nos dados, descobrimos que não é por derreterem os corações dos seus adversários que as campanhas de resistência não-violenta resultam. Elas costumam ter efeito porque os métodos não-violentos têm um potencial maior para suscitar a participação em massa — em média, mobilizam cerca de 11 vezes mais participantes do que a típica rebelião armada — e porque estão na origem de grandes mudanças estruturais no interior do regime adversário. A participação em massa que envolve diversos segmentos sociais tende a estimular e adoptar reformistas, deixando os radicais à míngua de apoios. Quando uma mobilização dessas é não-violenta, aumenta as possibilidades de retirar o apoio ao regime a partir do topo, permitindo que forças de segurança, elites económicas e burocratas civis transfiram as suas lealdades com menos receio de retaliações sangrentas.

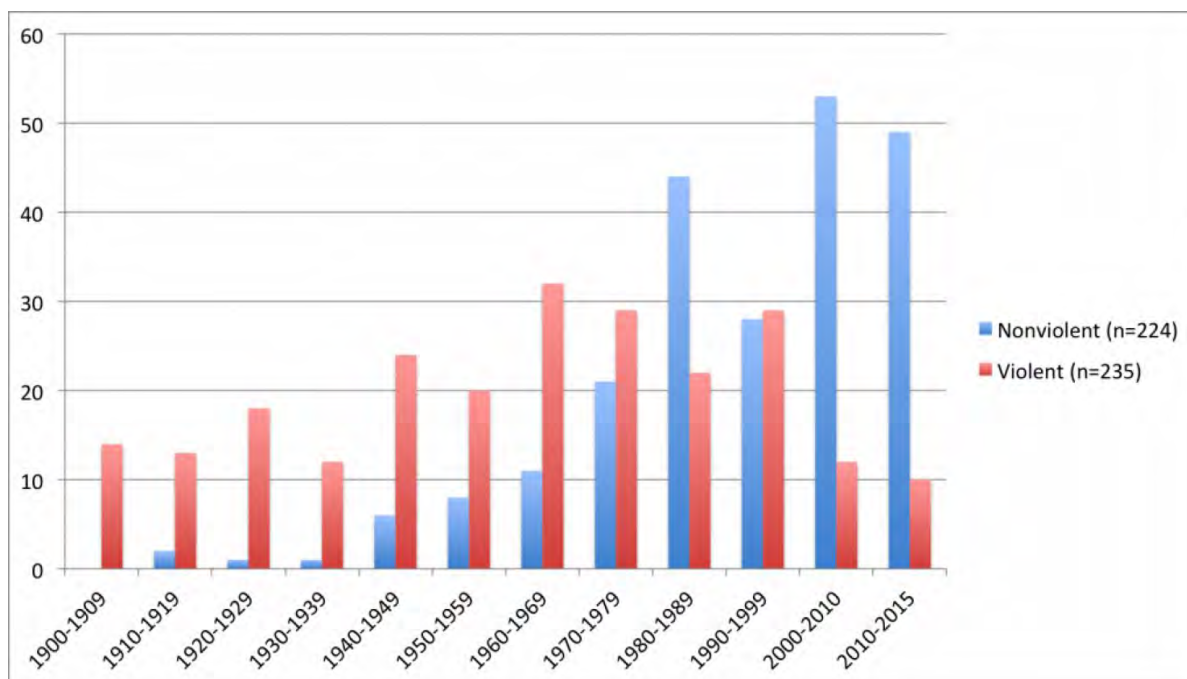
Dito de outro modo, descobrimos que a resistência pacífica é eficaz não necessariamente por causa do seu potencial de conversão, mas antes devido ao seu potencial criativo, assimilador e coercivo — uma teoria que o fundador do Instituto Albert Einstein, Gene Sharp, vem articulando há décadas. Naturalmente, nem todas as campanhas de não-violência surtem efeito. Mas nos casos em que fracassaram,

não havia provas sistemáticas fiáveis sugerindo que revoltas armadas teriam tido melhor resultado.

Isso foi em 2011. Agora estamos em 2016. O que aprendemos sobre resistência não-violenta nos últimos cinco anos? A seguir, esboçamos algumas das principais ilações empíricas da ciência política, contendo material surpreendente para os cépticos da acção não-violenta.

1. As campanhas não-violentas são cada vez mais comuns.

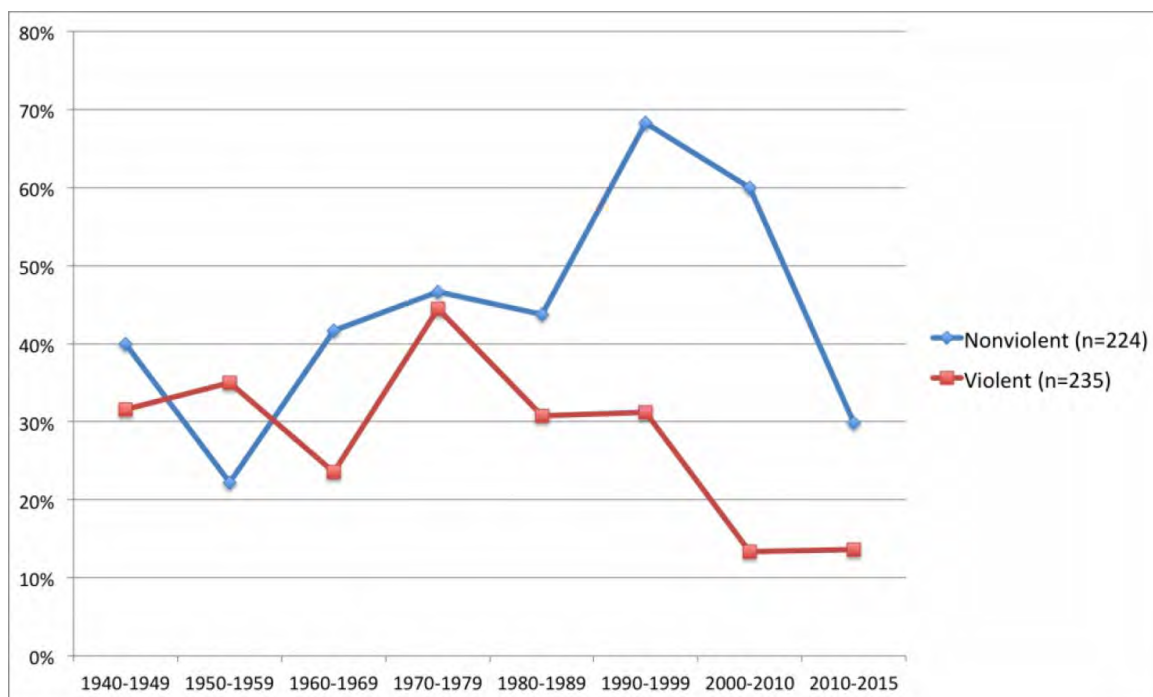
Se tem a sensação de que estamos a viver num período particularmente disruptivo da História, saiba que está certo. Mas é o *tipo* de ruptura que faz com que o nosso tempo seja singular. O projecto The Major Episodes of Contention (Principais Episódios de Antagonismo), uma investigação coordenada pela professora Erica Chenoweth na Universidade de Denver, sugere que as campanhas de resistência não-violenta se converteram na categoria modal de acções de protesto em todo o mundo. O NAVCO Data Project (Projecto de Recolha de Dados NAVCO), outro projecto de recolha de dados que emprega material de base e critérios diferentes, mostra padrões semelhantes, bem como uma variedade de bases de dados sobre protestos. Enquanto a eclosão de revoltas violentas — definidas por um limite de 1000 mortes em confrontos — tem vindo a diminuir desde a década de 1970, as campanhas baseadas essencialmente em resistência não-armada têm disparado. Note-se que estes valores se referem especificamente a campanhas maximalistas, isto é, cuja finalidade é retirar a liderança nacional que exerce o poder ou conquistar autonomia territorial através da secessão ou expulsão de uma ocupação militar estrangeira ou de um poder colonial.



Só nos primeiros cinco anos da presente década, assistimos a mais tentativas de novas campanhas não-violentas do que em toda a década de 1990, e quase à mesma quantidade que se observou nos anos 2000. A década actual está a caminho de se tornar a mais contenciosa de sempre.

2. Apesar de serem mais frequentes, as taxas de sucesso absoluto das campanhas de resistência não-violenta baixaram.

A par da subida acentuada de campanhas não-violentas, também se verificou uma evolução negativa. As taxas de sucesso da resistência pacífica tiveram o seu apogeu nos anos 1990, mas na presente década observa-se um declínio profundo dessas taxas.



Pode haver alguns motivos para isso. Em primeiro lugar, os adversários governamentais podem estar a aprender e a adaptar-se aos desafios vindos da base da pirâmide. Apesar de em décadas anteriores poderem ter subestimado o potencial do Poder Popular para ameaçar seriamente a sua autoridade, talvez agora encarem as mobilizações não-violentas como sendo realmente perigosas, investindo mais recursos na prevenção das mesmas — seguindo porventura as sugestões do “Dictator’s Handbook” (“Manual do Ditador”) de Bruce Bueno de Mesquita e Alastair Smith — ou aplicando uma repressão politicamente hábil de modo a subvertê-las quando surgem. Este fenómeno de adaptação aprendida, algo que Steven Heydemann, professor de Estudos do Médio Oriente no Smith College, cunhou de “autoritarismo 2.0”, é um foco central do projecto “Future of Authoritarianism” (“Futuro do Autoritarismo”), do Atlantic Council.

Em segundo lugar, os activistas que empregam métodos de acção não-violenta podem estar a aprender as lições erradas dos seus contemporâneos à volta do globo. Por exemplo, levando em conta a cobertura noticiosa das manifestações e greves em massa que ocorreram na Tunísia em 2010 e 2011, pode ser tentador pensar que três semanas de protestos são o suficiente para destituir um ditador. Contudo, tais

interpretações ignoram completamente o facto de que a Tunísia tinha uma história recente e única de robusta actividade laboral organizada, que deu o seu aval à insurreição, e que as greves gerais ameaçaram prejudicar a economia tunisina, a ponto de as elites económicas e empresariais começarem a retirar o seu apoio ao Presidente Zine el-Abidine Ben Ali enquanto as forças de segurança desafiaram a ordem para atacar os manifestantes com armas automáticas.

É natural que os activistas se inspirem uns nos outros em situações semelhantes, mas isso pode resultar muitas vezes em fracasso. Por exemplo, Kurt Weyland, da Universidade do Texas, destaca que durante a vaga global de revoluções maioritariamente violentas em 1848, os dissidentes procuraram replicar a estratégia da revolta inicial contra a coroa francesa, apenas para verem os seus esforços serem inviabilizados por monarcas mais bem preparados e com mais recursos que eram, evidentemente, diferentes em cada contexto. Quando a onda de revolta chegava finalmente à sua porta, estes soberanos tinham a capacidade de antever as acções dos revolucionários de modo a esmagar os motins e dividir as oposições em seu benefício. Podemos estar a assistir a uma dinâmica semelhante hoje em dia, em particular, nas etapas finais de insurreições regionais em cadeia.

3. No entanto, acreditem ou não, as campanhas não-violentas ainda resultam mais do que a violência.

Desde 1960, as campanhas violentas têm demonstrado piores resultados, em termos de taxas absolutas de sucesso, do que as campanhas pacíficas. De facto, ao todo, de 1900 a 2015, as campanhas não-violentas resultaram 51 por cento das vezes, ao passo que as campanhas violentas surtiram efeito 27 por cento das vezes. Nesta década, 30 por cento das campanhas não-violentas tiveram êxito até ao momento, enquanto as campanhas armadas não passaram dos 12 por cento — o que significa que a distância proporcional entre elas é hoje maior do que a média.

4. Os focos de violência são habitualmente prejudiciais para os movimentos em massa não-violentos.

Um dos temas quentes desde 2011 tem sido a questão de perceber se a adopção de um pouco de violência durante uma mobilização originalmente pacífica ajuda ou prejudica uma campanha não-violenta. Esta questão esteve frequentemente representada no debate sobre a “diversidade de táticas” nos Estados Unidos. Mas a questão dos métodos de confrontação não-violentos, violentos ou híbridos é comum em muitos movimentos que buscam mudanças radicais em todo o mundo. Apesar das inúmeras argumentações, a favor e contra, da parte de observadores, especialistas e activistas, surpreendentemente, esta questão recebeu escassa avaliação empírica rigorosa até muito recentemente.

Num recente artigo da publicação “Mobilization”, Chenoweth e Kurt Schock, da Universidade Rutgers, usam dados comparativos para estudar o uso limitado da violência. Os autores descobriram que os focos de violência podem atingir alguns dos objectivos do processo a curto prazo, tais como a atenção dos média, a noção da autodefesa, a difusão de uma cultura de oposição que cimenta o empenho de membros mais radicais, ou a catarse em torno da necessidade de “soltar pressão”. Mas, regra geral, os focos de violência prejudicam os objectivos estratégicos de longo prazo, tais como a manutenção de uma base de participantes cada vez maior e diversa, a expansão do apoio a terceiros e as mudanças de lealdade ao nível das forças de segurança. Os dados mostram que os focos de violência estão tipicamente associados a taxas menores de participação e a uma participação mais homogénea, anulando à partida a principal vantagem da resistência não-violenta. Um outro estudo também conclui que os focos de violência tendem a aumentar a repressão do Estado, o que costuma estar associado a taxas de participação baixas. Assim sendo, em média, os focos de violência não contribuem para o sucesso das campanhas não-violentas.

Omar Wasow, da Universidade de Princeton, oferece informações adicionais sobre os efeitos políticos dos protestos não-violentos *versus* protestos “violentos”. Baseando-se em dados relativos aos protestos urbanos de negros americanos durante os anos 1960, Wasow revela de forma convincente que, quando os protestos pacíficos predominavam, havia um consenso maior em torno dos “direitos civis” como a principal preocupação pública nos Estados Unidos, ao passo que a

preponderância de protestos violentos contribuía para eleger a “manutenção da lei e da ordem” como a principal prioridade. Depois de 1965, à medida que os protestos violentos se tornaram mais frequentes, o apoio da opinião pública divergiu cada vez mais dos direitos civis em direcção à resposta policial, mostrando que o movimento deixara de atrair pilares de apoio essenciais. Não deixa de ser notável que a opinião pública fosse importante não apenas a curto prazo mas também a longo: Wasow conclui que o apoio em torno da “lei e ordem” estava altamente correlacionado com o voto em lideranças republicanas, sugerindo que os diferentes tipos de protesto têm tido efeitos políticos duradouros nos Estados Unidos.

5. Os confrontos não-violentos são esmagadoramente difíceis de prever.

Por que razão os movimentos sociais ou de protesto ocorrem num dado momento e não noutro é uma questão que o campo inteiro da sociologia persegue há muito tempo. As campanhas maximalistas de resistência pacífica são uma espécie sensivelmente diferente, já que pressupõem uma série de acções coordenadas altamente disruptivas e contenciosas concentradas contra um adversário governamental com o objectivo de mudar o *status quo* a nível nacional. Os estudos que analisam as causas da resistência não-violenta identificaram inúmeros correlativos, tais como densidade do sector industrial (Butcher & Svensson 2014), emoções (Pearlman 2013), proximidade geográfica (Gleditsch & Rivera 2015) e historial de contestação (Braithwaite, Braithwaite & Kubik 2015).

Em 2015, Chenoweth e Jay Ulfelder avaliaram inúmeras teorias gerais sobre revoltas em massa e descobriram que eram poucas as que logravam antecipar com precisão a ocorrência de campanhas não-violentas. Ao contrário de campanhas armadas, golpes ou quedas de Estado — os quais, sem excepção, os especialistas são bons a prever — as campanhas pacíficas em massa podem surgir praticamente em qualquer lado por qualquer motivo. Muitas vezes, acontecem em lugares onde os especialistas esperavam que fosse muito difícil mobilizar a dissidência, quanto mais mobilizar a dissidência de forma eficaz. E não é de todo claro o que as pode desencadear ou fazer durar. Chenoweth e Ulfelder concluem que os movimentos de Poder Popular são simplesmente tão conjunturais e contingentes que as típicas ferramentas de

previsão e estruturas de dados não conseguem determinar totalmente as suas causas. Outra maneira de interpretar esta conclusão: quem organiza revoltas pacíficas supera muitas vezes condições adversas de formas criativas e que desafiam as expectativas, o que nos leva até ao nosso último ponto.

6. A repressão desafia todas as campanhas de dissidência, mas não predetermina necessariamente a escolha da resistência não-violenta ou o seu resultado.

Um argumento popular sobre a resistência não-violenta é que ela pode ocorrer e talvez resultar desde que o adversário jogue limpo. Mas assim que ele tira as luvas, a resistência não-armada é impossível ou fútil. Abordámos um pouco este argumento no nosso livro de 2011, mas alguns trabalhos mais recentes também lidam com esta questão importante.

Quanto à questão de a repressão brutal influenciar ou não a possibilidade de resistência pacífica, Wendy Pearlman defende no seu excelente livro sobre o movimento nacional palestino que a repressão por si só não consegue explicar as razões por que o movimento passou da acção não-violenta à violência. A autora argumenta que, na realidade, a repressão foi tão intensa na fase não-violenta da Primeira Intifada como durante as várias etapas violentas do movimento. Segundo Pearlman, o nível de coesão pode explicar melhor o desvio para a violência. Quando havia visão colectiva, liderança e um claro conjunto de normas e regras internas, o movimento tinha a capacidade de se entregar à resistência não-violenta apesar da repressão continuada do governo israelita.

Os investigadores Jonathan Sutton, Charles Butcher e Isak Svensson também assinalam a estrutura e organização dos movimentos como um factor determinante da viabilidade das campanhas para enfrentar a repressão. Usam dados quantitativos para defender que quando o Estado emprega violência unilateral ou massacres contra protestos pacíficos, os manifestantes poderão ter êxito a longo prazo se fizerem parte de uma campanha mais ampla e coordenada.

Claro que há pesquisas que lançam dúvidas sobre a capacidade da oposição não-violenta em debater-se com regimes repressivos altamente sofisticados — em particular, os que revelam ambições genocidas ou despóticas. O trabalho recente de Christopher Sullivan sobre o desmantelamento sistemático da oposição de esquerda na Guatemala levado a cabo pelas forças de segurança entre 1975 e 1985 é uma história reveladora no que diz respeito à sofisticação e dedicação que alguns regimes impõem. Tal como o massacre brutal e calculado de manifestantes pacíficos pelo regime de Bashar al-Assad na Síria após os protestos de Deraa, em Março de 2011 — uma lembrança arrepiante da razão pela qual as campanhas não-violentas em massa fracassam quase tantas vezes quanto surtem efeito.

Mas, de novo, é difícil prever quando essas burocracias repressivas são capazes de activar a total fidelidade dos seus subordinados perante uma revolta em massa — mesmo num caso aparentemente impossível como o da Síria. Além do mais, num trabalho anunciado para breve, Lee Smithey, Lester Kurtz e colaboradores notam que a repressão de regimes contra manifestantes desarmados pode muitas vezes ricochetear, gerando indignação moral, atraindo mais participação, criando apoios alheios em torno do movimento e agilizando a deserção das forças de segurança. Na verdade, episódios repressivos podem muitas vezes ser a causa de campanhas pacíficas em vez de serem a sua conclusão. O linchamento de Emmett Till vem à memória como exemplo de um episódio horrível de violência que, em última instância, fez disparar o apoio, a simpatia e a participação relativamente ao movimento dos direitos civis nos Estados Unidos.

A pensar no Dia de Martin Luther King Jr., queremos deixar os nossos leitores com esta passagem inspiradora da sua “Carta de uma Prisão de Birmingham”, cujo texto integral se encontra aqui:

“Meus amigos, devo dizer-vos que não fizemos uma única conquista no campo dos direitos civis sem uma pressão legal e não-violenta determinada. Lamentavelmente, é um facto histórico que os grupos privilegiados raramente abdicam dos seus privilégios voluntariamente. Os indivíduos podem vislumbrar a luz moral e voluntariamente abandonar a sua postura injusta; mas, como nos lembrou Reinhold

Niebuhr, os grupos tendem a ser mais imorais do que os indivíduos. A nossa experiência sofrida ensinou-nos que a liberdade nunca é voluntariamente cedida pelo opressor; ela deve ser exigida pelo oprimido.”

King, é claro, estava igualmente preocupado com as dimensões moral e pragmática da resistência não-violenta. Mas o seu pragmatismo não deve ser subestimado, como demonstra o livro de Jonathan Reides sobre a carta de Birmingham.

Obviamente, ainda temos muito a aprender sobre a resistência não-violenta. É um fenómeno emergente, e a investigação sobre o tema está também a emergir entre as ciências sociais. As pessoas que buscam confrontar a opressão beneficiariam de mais investigação sistemática sobre quando e como empreender a luta não-violenta em vários contextos. Os legisladores que deparam com desafios que vão desde o ressurgimento do autoritarismo até ao extremismo violento, passando pela fragilidade do Estado, teriam a ganhar com um conhecimento mais profundo de quando e por que se dão movimentos não-violentos — e o que significa efectivamente apoiá-los.

Na presente década — em que mais pessoas do que nunca estão a adoptar a resistência não-violenta — especialistas e activistas fariam bem em consultar a sabedoria pragmática e ética de Gandhi e King para abrir caminho e avançar.

Erica Chenoweth é professora na Josef Korbel School de Estudos Internacionais na Universidade de Denver. É co-anfitriã do blogue *Political Violence @ a Glance (Um Olhar sobre a Violência Política)* e escreve ocasionalmente no blogue *The Monkey Cage (A Jaula do Macaco)*. Maria J. Stephan é membro do U.S. Institute of Peace e do Atlantic Council.